

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

Património Classificado

MUNICÍPIO DA AMADORA







FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Câmara Municipal da Amadora
COORDENAÇÃO: DEC/DCDJ/Museu Municipal de Arqueologia
TEXTOS: Gabriela Xavier e Gisela Encarnação
FOTOGRAFIA: Museu Municipal de Arqueologia, Rui Narciso e GIRP
PAGINAÇÃO E PRÉ-IMPRESSÃO: TKS – Thinkinetics, Lda.
IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Reprocromo, Lda.
TIRAGEM: 750
DEPÓSITO LEGAL N.
ISBN: 978-972-8284-55-8
ANO: 2009

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

Património Classificado

MUNICÍPIO DA AMADORA

ÍNDICE

Palavras prévias	07
Preâmbulo	09
I MONUMENTOS NACIONAIS	
Aqueduto das Águas Livres	13
Necrópole de Carenque	16
II IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO	
Aqueduto da Gargantada	19
Casa Roque Gameiro	21
Quinta do Assentista	24
Quinta dos Condes da Lousã	26
Villa Romana da Quinta da Bolacha	28
III IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL	
Casa Aprígio Gomes	31
Casal da Falagueira de Cima e Azenha	33
Casa do Infantado	35
Edifício Torreado da Fábrica dos Cabos Ávila	38
Mina de Água	40
Moradia Neo-Romântica	42
Parque Delfim Guimarães	44
Ponte Filipina	46
Quinta do Outeiro	48
Recreios da Amadora	50
Vila Martelo	52



Palavras prévias

A História de um povo faz-se, principalmente, de pessoas. Mas também de tudo aquilo que essas pessoas vão construindo ao longo de gerações e gerações. O património é o seu legado. Para que possamos compreender não só a sua cultura, mas os seus sentimentos, as suas motivações, o seu apego a um determinado local.

A Amadora, talvez muitos não o saibam, possui um riquíssimo património histórico-cultural e arquitectónico, que atravessa séculos e séculos da nossa História. Do Período Paleolítico, passando pelo Calcolítico e pelo Romano, muitos são os vestígios de um percurso que foi sendo construído com os anseios de populações inteiras que aqui se fixaram e prosperaram.

Esse património é hoje uma herança que temos obrigação de proteger, e para isso temos trabalhado, através de um estudo exaustivo e detalhado que nos permite preservar, não apenas um grande monumento, mas também a simples fachada de um edifício.

No entanto, perguntamo-nos: porquê nos preocuparmos em apenas preservar o passado? É por isso que lançámos um desafio aos proprietários de determinadas zonas habitacionais, para que fossem realizadas obras de conservação nas suas residências. Talvez seja uma forma de também nós, todos os que vivemos e amamos esta cidade, deixarmos um legado importante às gerações futuras.

Joaquim Moreira Raposo

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Preâmbulo

Em 2000, a Câmara Municipal da Amadora deu início ao processo de classificação de imóveis, a fim de dar cumprimento às Leis n.º 159/99, de 14 de Setembro e n.º 169/99 de 18 de Setembro, que atribuem competências aos municípios em matéria de classificação de bens culturais de interesse municipal, bem como assegurar a sua manutenção e recuperação e propor, igualmente, a classificação como imóveis de interesse público ou monumento nacional.

Numa primeira fase, e de acordo com a listagem do P.D.M, publicada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/94, de 22 de Junho, foi efectuado, por parte do DEC – Departamento de Educação e Cultura, trabalho de campo que consistiu na pesquisa e recolha documental; na elaboração de fichas, que incluíram, entre outros, dados sobre o estado de conservação dos imóveis; o levantamento fotográfico; e a implantação dos imóveis em carta, para análise pormenorizada do seu real valor histórico-cultural.

Nesta primeira abordagem e tendo em conta a escassez e as características pouco monumentais do Património Imóvel do Município da Amadora, foram estabelecidos diversos critérios relativamente ao património inventariado, ao longo do ano de 2000, nomeadamente: o seu significado, valor ou qualidade arquitectónica ou tipológica; significado, valor ou qualidade paisagística; significado, valor ou qualidade urbanística; significado, valor ou qualidade construtiva/tecnológica/decorativa; significado cultural (Funcional; Histórico; Arqueológico; Simbólico; Potencialidades); valorização (Cultural; Turística; Restauro; Recuperação).

Este trabalho permitiu analisar com detalhe os imóveis constantes no P.D.M. e resultou na elaboração de três listagens; uma com os imóveis que justificavam a sua classificação; outra com os imóveis que suscitavam dúvidas quanto à sua classificação e uma última, com os imóveis que não constavam no P.D.M, mas que surgiam no Levantamento realizado pelo Arquitecto José Manuel Fernandes, nos anos 80 e outros imóveis identificados ao longo do trabalho de campo e que não constavam da listagem do P.D.M, mas cujo interesse os tornava passíveis de classificação.

Neste âmbito, propôs-se, igualmente, corrigir algumas das designações, nomeadamente da Quinta da Damaia, para Palácio dos Condes da Lousã e a forma como estava proposta a classificação, no caso da Casa do Infantado e Moradia Neo-romântica entendidos como um único imóvel para passarem a ser tratados separadamente.

Tendo a Câmara iniciado o processo de classificação de alguns imóveis, à luz do anterior diploma legal, que a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, alterou, foi necessário adaptar a informação obtida e reajustar os procedimentos já efectuados, de modo a ser possível dar andamento aos referidos processos.

As propostas de classificação de imóveis são efectuadas e analisadas por um grupo de trabalho designado para o efeito e presidido, actualmente, pelo Vereador da Cultura, sendo constituído por técnicos de diferentes áreas como a História, a Arqueologia, o Direito, a Arquitectura, a Comunicação Social, entre outros, que de uma forma global têm uma percepção clara da realidade do Município da Amadora. A classificação de um imóvel é um processo moroso, constituído por diversas etapas que passam, resumidamente, pela proposta apresentada em Reunião de Câmara, para sua posterior análise, pelo organismo de tutela da cultura, onde é definido o seu grau de classificação.

No caso de ser considerado apenas de interesse municipal, o processo regressa à Câmara, seguindo-se a elaboração do Edital, que informa sobre o início da classificação e que deverá ser afixado nos locais de estilo e publicado quer na imprensa, quer no *Boletim Municipal*, com um prazo de 30 dias para que os interessados se possam pronunciar. No final deste prazo, não havendo reclamações, é publicado o Aviso de classificação final e fica concluído o processo de classificação.

Na situação em que é definido um grau superior ao de interesse municipal, como seja de Interesse Público ou Monumento Nacional, cabe à autarquia somente elaborar o Edital do início do processo e findo o prazo, não havendo reclamações, informar o Ministério da Cultura (Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) e IGESPAR) e enviar cópia do referido Edital, para que este dê andamento e conclua o processo.

Ressalva-se o facto de que um imóvel em vias de classificação tem a mesma protecção legal que um imóvel classificado.

Presentemente estão classificados ou em vias de classificação no Município da Amadora os seguintes imóveis:

Monumento Nacional: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados e Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã/Necrópole de Carenque.

Imóvel de Interesse Público: Aqueduto da Gargantada, Casa Roque Gameiro (em vias de classificação), Conjunto da Quinta do Assentista (em vias de classificação) Quinta dos Condes da Lousã (em vias de classificação), *villa* romana da Quinta da Bolacha (em vias de classificação).

Imóvel de Interesse Municipal: Casa Aprígio Gomes, Casal da Falagueira de cima, Casa do Infantado (fachada), Edifício Torreado da Fábrica dos Cabos Ávila (em análise na DRCLVT), Mina de Água (em análise na DRCLVT), Moradia Neo-Romântica (fachada), Parque Delfim Guimarães, Ponte Filipina, Quinta do Outeiro, Recreios da Amadora (fachada), Vila Martelo.



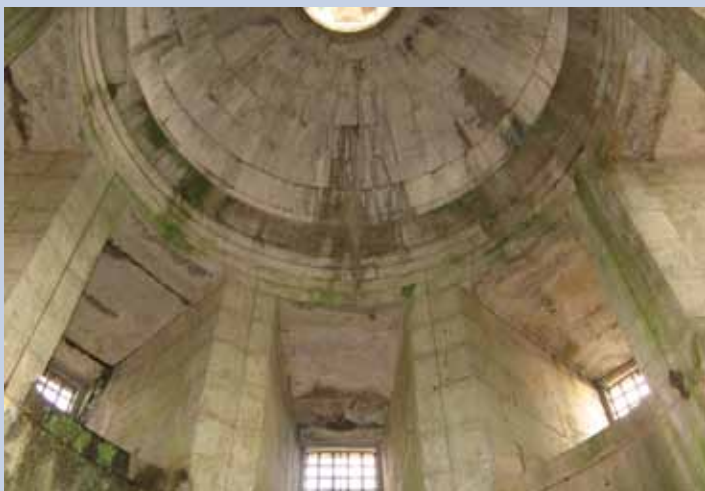
I
MONUMENTOS
NACIONAIS

Aqueduto das Águas Livres

Troço do Aqueduto
no final
da Av. do Brasil



Pormenor da cúpula
da Mãe d'Água
Nova



IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados (concelho da Amadora: freguesias de São Brás, Mina, Brandoa, Falagueira, Reboleira, Venda Nova, Damaia e Buraca).

Localização Administrativa: Freguesias de São Brás, Mina, Brandoa, Falagueira, Reboleira, Venda Nova, Damaia e Buraca.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Abastecimento de água a Lisboa.

Função Actual: Histórico-cultural.

Resenha Histórica: Até meados do século XVIII a capital era abastecida pela água das chamadas nascentes orientais, existentes no sopé da encosta da velha Alfama e ainda por alguns poços e pequenas fontes; nas zonas altas da cidade recorria-se ainda a cisternas. A água assim obtida era insuficiente e a sua falta foi uma constante ao longo da história de Lisboa, situação que se agravou com o crescimento e expansão da cidade para a zona ocidental.

Datam do século XVI as primeiras referências à necessidade de se construir um aqueduto que conduzisse as águas da nascente da Água Livre, junto à ribeira de Carenque, para abastecimento da capital.

Foi no reinado de D. João V que se deu início à construção do Aqueduto das Águas Livres. Por iniciativa de Cláudio Gorgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, em 1728 foram tomadas medidas legais indispensáveis ao início da obra, decretado em 1731.

Em 1748, as águas das zonas de Caneças, Carenque e Porcalhota correram, pela primeira vez em Lisboa, nas Amoreiras. As obras continuaram, no entanto, até 1835, em duas frentes. Por um lado com a construção de galerias para distribuição da água por bicas e chafarizes construídos para o abastecimento público. Por outro lado, cedo se constatou que nem sempre os caudais do Aqueduto Geral eram suficientes para as necessidades da capital. Assim, para além da conclusão de obras em aquedutos subsidiários, foram efectuados trabalhos de captação de água de mais nascentes, conduzindo-a aos aquedutos subsidiários. Neste sentido as obras de ampliação da rede de captação de novos mananciais prolongaram-se ao longo de todo o século XIX.

Na zona da Amadora o Aqueduto capta a água de várias dezenas de nascentes numa complexa rede que atravessa todo o Município desde o seus limites com Sintra e Odivelas, a Norte, até entrar em Lisboa, na Buraca.

O Aqueduto tem a sua nascente principal, a da Água Livre, no Município de Sintra a 14,115 Km das Amoreiras, esta água era conduzida por acção da gravidade, através de duas caleiras, separadas por um corredor. De acordo com o tipo de acidentes do terreno o Aqueduto apresenta soluções construtivas diversas ou através do recurso a arcos, como os da Damaia, ou os de Alcântara, ou recorrendo a troços subterrâneos.

Nos troços visíveis existem janelas com o objectivo de iluminar e ventilar, sendo possível o acesso ao seu interior para manutenção, através de portas existentes tanto no Aqueduto Geral, como nos subsidiários.

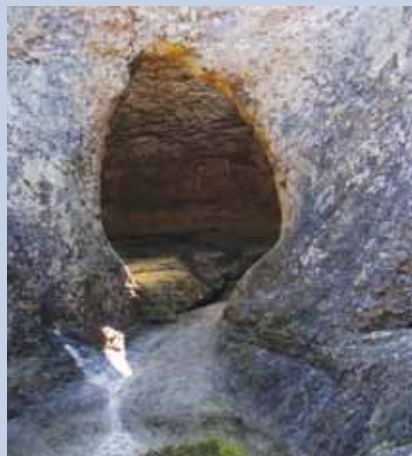
Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/aqueduto.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Decreto do Governo de 16 de Junho de 1910, publicado a 23 de Junho de 1910.

Alteração: Decreto n.º 5/2002 de 19 de Fevereiro, onde passa a incluir todos os ramais subsidiários.

Necrópole de Carenque



Vista da gruta III,
da Necrópole de
Carenque.

Entrada da câmara
da gruta I.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã/Grutas artificiais de Carenque/Necrópole de Carenque.

Localização Administrativa: Serra das Brancas, Topo da Av. Luís de Sá – Freguesia da Mina.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Necrópole.

Função Actual: Sítio arqueológico.

Resenha Histórica: O Município da Amadora possui inúmeros vestígios da ocupação pré-histórica, nomeadamente das comunidades de pastores/agricultores, quer a Norte, quer a Sul do território, explorando, cada uma delas, os recursos disponibilizados pelos terrenos calcários e basálticos.

Neste sentido foram ocupados locais de *habitat* e de morte, fazendo parte deste último as grutas artificiais do Tojal de Vila Chã ou Necrópole de Carenque.

Estas foram descobertas e escavadas pelo arqueólogo Manuel Heleno, em 1932, após indicação de um colaborador seu e no seguimento de outros trabalhos já desenvolvidos na Serra das Baútas.

Trata-se de três grutas escavadas na rocha calcária, e por esse motivo designadas de artificiais, que foram construídas entre o final do 4.º milénio (Neolítico) e o início do 3.º milénio a.C. (Calcolítico) e reutilizadas no final do 3.º milénio a.C. (Calcolítico final), tendo em vista o enterramento colectivo.

São conhecidas outras necrópoles de características semelhantes e geograficamente próximas como as de Palmela (Quinta do Anjo), Alapraia, São Pedro do Estoril e Almada (São Paulo).

Em termos arquitectónicos são caracterizadas por terem um corredor de acesso, geralmente virado a nascente, que está ligado a uma câmara funerária por um pequeno portal. À semelhança das antas, também aqui o corredor e a câmara eram cobertas por lajes de calcário, fechando toda a estrutura, como é descrito no momento da sua descoberta.

Os materiais recolhidos, quer osteológicos, quer arqueológicos, encontram-se depositados no Museu Nacional de Arqueologia, e são essenciais para o conhecimento destas populações e da época em que viveram.

São sobretudo restos humanos, cerâmicas com diversos motivos decorativos, objectos líticos, quer em sílex, abundante na região, quer em anfibolito, fruto de trocas, quer objectos fabricados em calcário, de carácter simbólico, mas também metálicos, já da segunda fase de ocupação.

É um dos Núcleos do Museu Municipal de Arqueologia e encontra-se aberto ao público de terça-feira a domingo, no Verão das 14.30h às 18.00h e no Inverno das 14.00h às 17.30h.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura funerária colectiva/necrópole.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Decreto do Governo n.º 26:235, de 20 de Janeiro de 1936.



II
IMÓVEIS
DE INTERESSE PÚBLICO

Aqueduto da Gargantada



Panorâmica do Aqueduto da Gargantada.

Pormenor do painel de azulejos com a data de 1755, na nascente da Gargantada.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Aqueduto da Gargantada.

Localização Administrativa: Inicia em Carenque e dirige-se ao Palácio de Queluz, Freguesias da Mina e Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Abastecimento de água ao Palácio de Queluz.

Função Actual: Histórico-cultural.

Resenha Histórica: O Aqueduto da Gargantada foi construído com o objectivo de abastecer de água o Palácio Real de Queluz, necessidade sentida desde cedo e que foi possível concretizar graças à doação da fonte da Gargantada, por um proprietário de Carenque, ao monarca D. João VI.

O projecto iniciou-se em 1790 e foi da responsabilidade do Mestre pedreiro Joaquim José dos Reis e executado com verbas do Cofre Real da Imposição, provenientes das Águas Livres.

A obra foi concluída em 1794, abastecendo, não só o Palácio, mas contribuindo, em grande parte para o abastecimento público, através da construção de chafarizes.

Comparativamente com o Aqueduto das Águas Livres, a sua arquitectura não é tão monumental, possuindo em alguns troços, igualmente arcos e é parcialmente subterrâneo.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/aqueduto.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: *Diário da República* n.º 210, de 12/9/1978, Decreto 95/78.

Casa Roque Gameiro

Casa Roque Gameiro, vista do alçado principal.



Pormenor de painel de azulejos decorativos da sala de jantar.



IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Casa Roque Gameiro (em vias de classificação).

Localização Administrativa: Praceta 1.º de Dezembro, Freguesia da Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Equipamento cultural.

Resenha Histórica: O projecto inicial do edifício, datado de 1898, é assinado por Roque Gameiro. Pequena moradia de um piso com torreão. Debruçada sobre um acentuado declive do terreno, o edifício foi ampliado dois anos mais tarde com dois pisos inferiores, a poente, que lhe conferiram uma sólida implantação na paisagem.

Esta ampliação atribuída a Raul Lino terá sido um dos primeiros projectos do arquitecto concretizado em obra.

Efectivamente, quando analisado ao pormenor, nota-se que o edifício é constituído por duas áreas distintas. A que corresponde ao projecto inicial, da autoria de Roque Gameiro, traduz de forma um pouco simplista e ingénua as teorias desenvolvidas em torno da polémica da “Casa Portuguesa”, datada da década de 90 do século XIX. Esta área da casa é marcada pela profusão de elementos decorativos, onde o azulejo é dominante. A ampliação que, tanto no exterior como no interior surge como um prolongamento natural da moradia, não chocando em nada com a construção inicial, tem já o traço de um arquitecto com formação técnica e ostenta os elementos principais da “Casa Portuguesa”, teorizada por Raul Lino.

À época a casa situava-se entre campos agrícolas a uma certa distância da estação da Porcalhota em torno da qual surgia uma nova urbanização – a Amadora.

A moradia foi residência da família Roque Gameiro desde finais do século XIX até meados dos anos vinte do século XX. Nada se sabe sobre a utilização da casa desde esta altura até aos anos sessenta, altura em que o único jornal local – *Notícias da Amadora* – começou a dar voz aos apelos de várias personalidades da Amadora chamando a atenção para a necessidade de preservar o edifício face à urbanização dos terrenos envolventes, tendo sido adquirida pela Câmara Municipal de Oeiras, Município a que pertencia a Freguesia da Amadora, em Março de 1969.

Uma década mais tarde, com a criação do Município da Amadora, a nova autarquia herdou o edifício e promoveu a recuperação da casa

e sua reutilização para fins culturais. Estas obras obedeceram a um projecto da responsabilidade de técnicos da autarquia e tiveram como princípio base o respeito pelo legado histórico e artístico que se mantinha preservado. A imagem exterior do edifício permaneceu igual à de 1900 e os pisos e divisões, correspondentes à antiga habitação de Roque Gameiro, onde o revestimento de azulejos se encontrava em bom estado de conservação, permaneceram intactos. Nos dois pisos inferiores as antigas áreas de arrecadação da casa foram ampliadas por forma a serem criadas áreas de exposições temporárias.

Trata-se de uma construção eclética marcada em termos de atitude estilística no tempo (Movimento da Casa Portuguesa de Raul Lino), de composição extremamente rica, quer na sua volumetria, quer nos materiais e seu desenho, cantarias, cerâmicas, azulejaria, serralharia, carpintarias, etc.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/casa.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Despacho de abertura de 14/04/2005 (em vias de classificação desde 05/05/2005).

Quinta do Assentista



Quinta do Assentista, alçado principal.

Nicho do portão de entrada, com imagem de Nossa Senhora da Saúde.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Conjunto da Quinta do Assentista ou Quinta dos Intendentes (em vias de classificação).

Localização Administrativa: R. Elias Garcia n.^{os} 100 e 118, Freguesia da Falagueira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Habitação.

Resenha Histórica: A Quinta do Assentista ou Quinta dos Intendentes está datada de 1746, de acordo com inscrição existente na entrada. A sua designação advém-lhe do facto do seu primeiro proprietário ter sido um Assentista, ofício ligado à administração local, bem como Intendente, outra das designações por que esta Quinta é conhecida.

Esta é constituída por casa de habitação com grande área ajardinada, datada de 1746, com tanques de rega, moinho americano, fontes e capela particular, bem como dependências para os criados e casas de rendimento com acesso independente.

Está, actualmente, envolvida na malha urbana da freguesia da Fala-gueira e localiza-se junto de uma das artérias principais da Amadora, a Rua Elias Garcia, antiga Estrada Real que ligava Lisboa a Sintra.

O conjunto da Quinta é marcado pelo acesso através de um portal barroco, de estilo joanino, algo desequilibrado, pela pequena porta lateral, contrastando com a sobriedade do edifício de habitação, de composição rectilínea.

O portão de entrada é ornado por uma pequena cartela onde se pode ler a data de 1746, assinalando a sua construção, por cima encontra-se um nicho com uma estátua de Nossa Senhora da Saúde, enfeitada com uma grinalda de anjos, a construção é finalizada por uma cruz sobre o monte Gólgota em miniatura, onde é visível a porta do Santo Sepulcro.

A residência e as diversas áreas de apoio, de dois pisos, dão para um pátio empedrado com desenhos a preto e branco, acedendo-se à entrada principal da residência, no piso superior, por uma escadaria.

O piso inferior possui uma série de divisões com pé direito baixo, decorados com azulejos e lambris pombalinos, posteriores a 1746, o que lhes confere um belo efeito estético.

O piso superior terá sofrido obras de remodelação no século XIX, sobretudo ao nível da decoração e no que diz respeito aos frescos que revelam um detalhe surpreendente, pretendendo criar a ilusão da existência de elementos decorativos, como cortinados bordados de tecidos finos e caros.

O jardim é um dos raros exemplares ainda preservados, revelando o esplendor das quintas dos arredores de Lisboa construídas no século XVIII, constituindo uma área de recreio por excelência.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Quinta.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Despacho de abertura de 12/07/2007 (em vias de classificação desde 10/08/2007).

Quinta dos Condes da Lousã



Quinta dos Condes da Lousã, terraço lateral esquerdo.

Pormenor de painel de azulejos alusivo aos sete pecados mortais.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Quinta dos Condes da Lousã/Quinta Grande da Damaia (em vias de classificação).

Localização Administrativa: R. Carvalho Araújo, n.º 13, Freguesia da Damaia.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Objecto de obras de recuperação pela autarquia.

Resenha Histórica: A Quinta dos Condes da Lousã ou Quinta Grande da Damaia pertence ao grupo de Quintas construídas nos arredores de Lisboa, ao longo do século XVIII, de que também fazem parte, no território da Amadora, a Quinta do Assentista e a Quinta do Outeiro e que serviria de habitação sazonal aos seus proprietários.

Actualmente localizada na Rua Carvalho Araújo possuía vastos terrenos sob seu domínio, na zona correspondente à antiga Aldeia da Damaia, que de acordo com a descrição de Pinho Leal era assim: “Por entre as quebradas da colina, se vêem também graciosas casas de habitação, e, no seu cume, uma bonita aldeiazinha, com suas casas bran-

cas, avultando, por entre elas, o palácio torreado, dos Srs. Condes da Lousã”.

Trata-se de um edifício de planta em U, onde foram colocados, à entrada, painéis de azulejos com a representação de vasos floridos, datados de 1730, não sendo, porém o seu local de origem.

Este edifício é composto por grandes divisões, com tectos em madeira, destacando-se de todo o conjunto a profusão de azulejos colocados na fachada posterior e que representam as Virtudes e os Pecados Capitais e no terraço lateral esquerdo as Quatro Estações.

A Quinta possuía uma capela particular, cuja padroeira era a Nossa Senhora da Conceição e onde, anualmente, se realizava uma festa dedicada à mesma, aberta à população.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Palacete

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Despacho de abertura de 01/02/2007 (em vias de classificação desde 15/02/2007).

Villa romana da Quinta da Bolacha



Villa Romana da Quinta da Bolacha, vista geral da área escavada.

Pormenor de pilar central com estuque pintado.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Villa romana da Quinta da Bolacha (em vias de classificação).

Localização Administrativa: R. da Quinta da Bolacha, LIDL – Freguesia da Falagueira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Sítio arqueológico.

Resenha Histórica: A villa romana da Quinta da Bolacha localiza-se no extremo Norte da Freguesia da Falagueira, área que concentra num pequeno espaço, milhares de anos de história, no qual se engloba o período romano.

Foi identificada em 1979, no seguimento de prospecções efectuadas para localização de troços preservados do Aqueduto Romano. Logo em 1980 foram realizados os primeiros trabalhos arqueológicos que puseram a descoberto, entre outros, um tanque revestido a *opus signinum*, revestimento utilizado em época romana para impermeabilizar estruturas, composto por cal, areia e cerâmica triturada.

Devido a actos de vandalismo, os trabalhos foram interrompidos prematuramente, só tendo sido retomados em 1997, noutra área do terreno, tendo em vista trabalhos de minimização de impactos sobre sítios arqueológicos, dada a construção de um supermercado na zona e onde, posteriormente, se efectuaram campanhas em 2000, 2001 e 2004.

Ao longo das diversas campanhas foram postas a descoberto estruturas pertencentes, muito provavelmente, à *pars urbana*, ou seja à zona residencial do proprietário, tendo em conta os diversos materiais arqueológicos aí recolhidos nomeadamente, objectos em *terra sigillata* (cerâmica importada), ânforas de transporte de vinho e azeite, *tesselas* que nos indicam a existência de mosaicos e restos de estuques pintados.

Pela sua análise, afere-se uma primeira fase de ocupação da *villa* em meados do século III e uma reformulação do espaço, já no século IV, que lhe confere o aspecto que possui actualmente e que é visitável.

As estruturas habitacionais descobertas são de configuração rectilínea e foram construídas em pedra vã calcária, onde se incluem fragmentos de tijoleiras e telhas e foram revestidas a estuque pintado de motivos geométricos.

Na área em que a investigação se centrou mais, tratava-se, numa primeira fase, de uma espaço amplo, com pilar central e estuque pintado e que foi transformado em cozinha, através da proliferação de drenos, do alteamento de toda a área, da demolição do pilar central, da redução da área existente, com a construção de um muro, bem como de uma lareira e de um forno.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil romana/*villa*

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Despacho de abertura de 10/10/2001 (em vias de classificação desde 10/10/2001).

III
IMÓVEIS
DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa Aprígio Gomes



Casa Aprígio
Gomes, vista geral.

Casa Aprígio
Gomes, pormenor
de janela

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Casa Aprígio Gomes.

Localização Administrativa: R. Gonçalves Ramos, n.º 54B – Freguesia da Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Centro de Ciência Viva.

Resenha Histórica: A Casa Aprígio Gomes é um dos melhores exemplares das casas que, no princípio do século XX, foram construídas na Amadora, integrada no novo agregado populacional onde predominavam as moradias unifamiliares, quase sempre com um pequeno jardim envolvente.

José Aprígio Gomes nasceu em Lisboa, em 22 de Julho de 1867 e faleceu a 16 de Novembro de 1932. Foi um abastado comerciante de Lisboa que gozava de um grande prestígio na Amadora de então. Participou activamente na vida associativa e cultural local, sendo sócio benemérito dos

Bombeiros Voluntários da Amadora e membro da Liga de Melhoramentos da Amadora, associação que funcionou entre 1910 e 1918.

A sua casa foi projectada em 1903 e construída dois anos mais tarde. A moradia foi concebida por Guilherme Eduardo Gomes, autor do projecto do Salão de Festas dos Recreios Desportivos da Amadora.

No quintal da casa sobre o poço, encontrava-se um moinho americano que retirava a água para abastecimento doméstico. Protegido por um pequeno jardim o edifício situava-se junto às antigas estradas de Queluz e de Carnaxide.

Trata-se de uma moradia unifamiliar, de composição eclética, onde predominam o torreão que incorpora o acesso entre os pisos, a varanda que lhe é contígua, enquadrada por arcos apoiados em colunas de cantaria e o elemento volumétrico que formaliza a varanda posterior encimada por um grande cone decorado a azulejo e rematado por uma esfera cerâmica.

O seu interesse deveu-se ao significado da casa como testemunho da formação do centro da Amadora, o seu enquadramento urbano, o seu equilíbrio volumétrico e a sua qualidade arquitectónica, em geral.

As características de centralidade do edifício tornavam-no ainda ideal para a instalação de um equipamento cultural. Com este objectivo a Câmara Municipal adquiriu-o e promoveu as necessárias obras de conservação.

Desde Setembro de 2003 que a Casa Aprígio Gomes se encontra aberta ao público, albergando o Centro de Ciência Viva, espaço interactivo de ciência e tecnologia, integrado na Rede de Centros de Ciência Viva.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em *Boletim Municipal* de 17 de Abril de 2006.

Casal da Falagueira de Cima e Azenha



Casal da Falagueira de Cima, vista do alçado principal.

Pormenor de marco da Ordem de Malta.



IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Casal da Falagueira de Cima (Casa da Ordem de Malta) e Azenha.

Localização Administrativa: Parque Aventura, Beco do Poço – Freguesia da Falagueira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Núcleo Museográfico.

Resenha Histórica: O Casal da Falagueira situa-se na área da antiga Aldeia da Falagueira, um dos territórios com ocupação, conhecida, mais antigos da actual cidade da Amadora e que remonta ao período pré-histórico passando pela ocupação romana.

Existem referências a este território e à existência de um Casal na Falagueira em documentação datada de 1220 e posterior, revelando a importância e antiguidade deste espaço, já em época medieval e com um cariz rural. A arquitectura do Casal destaca-se do resto das construções associadas a este mundo rural, pertencentes à Aldeia da Falagueira, construções de um só piso, com pouco recurso à cantaria em pedra e fazendo uso de mós esgotadas para forrar o chão das cozinhas.

Este edifício é construído em alvenaria de pedra calcária, com cantarias em verga de muralha e o piso da cozinha assente sobre lajes retangulares, com cerca de 8m de comprimento, e poços interiores. É composto de dois pisos, cuja época de construção é distinta, de acordo com a análise efectuada ao longo dos trabalhos arqueológicos que aqui decorreram, no ano de 1993.

A intervenção arqueológica não permitiu aferir com precisão a época de construção do edifício, enquadrando-se os materiais mais antigos no século XVI, a que corresponderá a construção do primeiro piso, atribuindo-se o segundo piso ao século XVIII, certamente com funções distintas, uma para apoio aos trabalhos agrícolas e, o outro, para habitação da família.

Este Casal foi propriedade da Ordem de Malta, o que levou à colocação de um marco com a cruz desta Ordem, no canto inferior direito do alçado principal e de pelo menos outros dois nos terrenos envolventes ao mesmo e que deveriam corresponder aos limites da propriedade.

Associada a esta exploração agrícola foi construído um moinho de água de roda vertical, de propulsão superior (azinha), actualmente em ruínas, mas com projecto de recuperação, exemplar único no Município da Amadora, contrastando com a cerca de meia centena de moinhos de vento espalhados por todo o território.

O Casal da Falagueira foi recentemente reabilitado e abriu ao público, em Maio de 2008, como Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, passando a Núcleo-sede do Museu Municipal de Arqueologia.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/casal e Azenha.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em *Boletim Municipal* de 17 de Abril de 2006.

Casa do Infantado



Casa do Infantado,
perspectiva
da fachada.



Casa do Infantado,
pormenor
da fachada.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Casa do Infantado/Palácio da Porcalhota (fachada).

Localização Administrativa: R. Elias Garcia, n.ºs 268 a 278 – Freguesia da Mina.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Devoluta e Externato.

Resenha Histórica: A Casa do Infantado ou Palácio da Porcalhota localiza-se num dos mais antigos eixos viários da Amadora, a Rua Elias Garcia, antiga Estrada Real e nas proximidades do caminho-de-ferro. Integrava-se, em termos espaciais, no extremo do Lugar da Porcalhota, explicando-se deste modo uma das suas designações, quanto à outra deve-se ao facto de ter sido uma das propriedades herdadas, em 1640, após a Restauração da Independência, pelos segundos filhos reais.

De acordo com o “Livro segundo dos rendimentos gerais dos Srs. D. Caetano de Noronha [1º Conde de Peniche e chanceler da Casa do Infantado] e D. Maria José d’Almeida, sua mulher”, em 1803 estava a ser construída uma entrada nobre com escadaria, desaparecida entretanto, muito provavelmente durante o trabalho de reconstrução, segundo os actuais proprietários, efectuados no século XIX.

Dada a sua excelente localização e a importância social dos seus proprietários terá servido de guarida a inúmeras personalidades nas suas deslocações entre os diferentes Palácios reais, como o de Queluz, Sintra e Mafra, dado que oferecia todas as condições necessárias, incluindo para os animais, que até muito recentemente eram visíveis.

Em 1912 foram realizadas obras de adaptação do edifício para as Escolas Oficiais, de acordo com as exigências da nova elite intelectual que habitava a Amadora, também albergou o quartel da Guarda Republicana. Sofreu novas obras, em 1982, para a instalação do Externato Verney, que ainda aí funciona.

A fachada principal é linear e sóbria, ritmada pela verticalidade dos vãos das portas, e alternando, no piso inferior, pelos vãos das portas e das janelas.

A Oeste destaca-se um grande portal, rematado por um frontão de forma triangular, que serviria de entrada para os animais e carruagens no interior do Palacete.

A zona ajardinada sofreu alterações diversas desde a sua origem, verificadas pela análise da cartografia do século XVIII, tendo sido dividida e ocupada por edificações modernas.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/palacete.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 18 de Junho de 2008, publicado em *Boletim Municipal* de 18 de Junho de 2008.

Edifício Torreado da Fábrica dos Cabos Ávila



Edifício da Fábrica dos Cabos Eléctricos Diogo d'Ávila.

Torre do Edifício da Fábrica dos Cabos Eléctricos Diogo d'Ávila.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Edifício Torreado da Fábrica dos Cabos Ávila (em análise pela DRCLVT).

Localização Administrativa: Estrada Nacional 117 – Freguesia de Alfragide.

CARACTERIZAÇÃO

Função Original: Indústria de cabos eléctricos, edifícios industriais, administrativo e social.

Função Actual: Devoluto.

Resenha Histórica: Mesmo antes da crescente urbanização do actual centro da Amadora, subsequente, ao aparecimento do comboio, que a indústria se instalou neste território, inicialmente, através de pequenas unidades, que se localizavam, essencialmente na Amadora e na Porcalhota e posteriormente com o crescimento deste núcleo surgiu uma das indústrias de maior dimensão e importância, ligada a um grande empresário local, José dos Santos Mattos, que fundou, em

1895, a Fábrica Santos Mattos que confeccionava cintas e espartilhos, bem como já na década de 30, do século XX, a Pereira e Brito, instalada na Av. Elias Garcia e que produzia materiais impermeáveis.

A década de 40, do século XX vê surgir nos terrenos agrícolas, da Venda Nova, um agrupamento de indústrias, que aproveitando a proximidade com a linha férrea e a entrada para Lisboa, aí se implantou.

A Fábrica de Cabos Eléctricos Diogo d'Ávila instalou-se por volta de 1952, numa outra área industrial da Amadora, Alfragide que, actualmente, ainda se encontra em formação.

A sua implantação, nesta zona, foi estratégica de modo a tirar partido das vias de comunicação que a ligavam a Lisboa.

O seu projecto arquitectónico é da autoria do arquitecto Edmundo Tavares, destacando-se de todo o edifício, de características marcadamente industriais, a torre do relógio, cuja função era suspender os cabos eléctricos, para a sua experimentação.

Cessou a sua laboração em 1997, ficando o edifício devoluto, desde então, tendo sido parcialmente demolido em 2004.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura industrial.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Em análise pela DRCLVT.

Mina de Água



Mina de Água,
pormenor interior.

Mina de Água,
exterior.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Mina de Água (em análise pela DRCLVT).

Localização Administrativa: Entre a Av. dos Combatentes da Grande Guerra e a Av. General Humberto Delgado – Freguesia da Mina.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Mina de Água.

Função Actual: Mina de Água.

Resenha Histórica: Após a construção do caminho-de-ferro, em 1887, o espaço que corresponde ao actual centro da Amadora, sofreu uma grande transformação sendo ocupada, progressivamente, por moradias unifamiliares que possuíam ou viriam a possuir, nos seus próprios terrenos poços para abastecimento privado.

A área com desenvolvimento urbanístico mais precoce, corresponde à zona Sul, da linha do comboio, com a Fábrica de Espartilhos Santos

Mattos e casa de habitação deste proprietário, os Recreios Desportivos da Amadora, a Casa de Aprígio Gomes, entre muitas outras.

A zona norte só mais tardiamente foi objecto de interesse pela nova burguesia que se instalou na Porcalhota, dada a inexistência de acessos condignos, muito condicionados pelos terrenos agrícolas aí existentes.

Um dos grandes promotores para o crescimento e urbanização destes terrenos foi António Cardoso Lopes, grande proprietário, que a partir de 1913 e através da Empresa Bairro Parque Lda, transformou os referidos terrenos agrícolas em casas de habitação.

No interior desta grande propriedade localizava-se, entre outras que abasteciam o Aqueduto das Águas Livres, uma mina de água que não tinha sido aproveitada para esse fim. Como empresário que era António Cardoso Lopes encarregou-se de efectuar análises à qualidade da água para abastecimento à população, que carecia deste líquido e procedeu, em 1911, ao arranjo paisagístico e à colocação de uma porta de acesso reservado nesta mina de água nativa, com 22 degraus escavados na rocha e galeria subterrânea de 200 metros.

No âmbito das Festas da Árvore, realizadas na Amadora, em 1913, onde compareceu o Presidente da República, Manuel de Arriaga, foi inaugurada para além da nova escola primária de ensino oficial, a mina de água, que é responsável pelo nome desta freguesia.

Actualmente, encontra-se integrada no Jardim da Mina com o aspecto que lhe conferiram em 1913.

Caracterização Arquitectónica: Mina de água nativa.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Em análise pela DRCLVT.

Moradia Neo-Romântica



Moradia
Neo-Romântica,
alçado principal.

Moradia
Neo-Romântica,
pormenor de painel
de azulejos.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Moradia Neo-Romântica (fachada).

Localização Administrativa: Rua Elias Garcia, n.º 280 – Freguesia da Mina.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Devoluta.

Resenha Histórica: Este edifício terá sido construído entre 1910 e 1911, uma vez que a 12 de Abril de 1910 dá entrada na Câmara Municipal de Oeiras o requerimento do pedido de construção, com projecto de Guilherme Eduardo Gomes, o mesmo da Casa Aprígio Gomes e do Salão de Festas dos Recreios Desportivos, tendo, a 14 do mesmo mês, sido deferido o pedido.

Foi propriedade de D. Desidéria da Conceição Carmo Oliveira, denominando-se “Chalet Desidéria”.

Enquadra-se no tipo de moradias unifamiliares, tão comuns no início do século XX e que foram ocupando os terrenos agrícolas das Quintas rurais disseminadas, sobretudo a partir do século XVIII, no actual território da Amadora.

Trata-se de um edifício de planta quadrangular de dois pisos e águas furtadas, com paredes de aparelho rústico no piso inferior e de tijolo de burro no piso superior rebocado a argamassa ordinária, com cobertura de quatro águas em telha Marselha, as cornijas são executadas em reboco.

A fachada principal destaca-se dos restantes alçados pela presença de composições ornamentais dos vãos que se apresentam profusamente enquadrados e decorados por elementos de cantaria; e frisos de azulejos de padrão com motivos florais a tons de roxo que se encontram na fachada do piso superior e na das águas furtadas.

O corpo central liga o vão principal à fachada das águas furtadas. A entrada da casa encontra-se a uma cota superior à da rua dada a presença de um muro de guarnição de pilares de cantaria interligados a uma armação de ferro, que a sobre eleva, onde se encontram dois portais de acesso, executados, à semelhança dos outros vãos, em cantaria, rematados por portas de ferro.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/casa.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 18 de Junho de 2008, publicado em *Boletim Municipal* de 18 de Junho de 2008.

Parque Delfim Guimarães



Parque Delfim
Guimarães,
alameda.

Parque Delfim
Guimarães,
pérgula.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Parque Delfim Guimarães.

Localização Administrativa: Entre a Av. Gago Coutinho, a Av. da República e a Rua Elias Garcia, fronteiro à Estação de Caminho-de-Ferro – Freguesia da Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Parque público.

Função Actual: Parque público.

Resenha Histórica: O Parque Delfim Guimarães, inicialmente designado de Jardim-Parque, foi construído em pleno centro da Amadora, junto da estação de caminho-de-ferro e na proximidade do Bairro Santos Mattos, precursor do núcleo urbano, que deu origem à cidade da Amadora e que teve o seu início nos finais do século XIX, precisamente a partir da construção da estação de comboios da Porcalhota.

Com o incentivo do Tenente Cândido Pinheiro, então Vereador da Câmara Municipal de Oeiras, residente na freguesia da Amadora e o apoio da população, que contribuiu com material e mão-de-obra, foi inaugurado o Parque a 27 de Julho de 1937, numa área de terreno agrícola, tendo contado com a presença do Presidente da República, General Óscar Carmona.

Actualmente e após obras de beneficiação, a cargo da autarquia, entre 1997 e 2002, que tentaram manter o espírito do parque, este possui uma pérgula central e fonte rodeada de bancos, quer no interior, quer no exterior, estes últimos resultantes das referidas obras, um Parque Infantil, originalmente com areia e baloiços metálicos e adaptado às normas de segurança actuais.

É um dos pontos de lazer mais procurados pela população e foi o primeiro a ser construído, tendo-lhe sido atribuído o nome de Delfim Guimarães, uma das personalidades que fez parte da Liga de Melhoramentos da Amadora, que em muito contribuiu para o desenvolvimento da Freguesia da Amadora, quer a nível cultural, quer de infra-estruturas.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Parque.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em *Boletim Municipal* de 17 de Abril de 2006.

Rectificados os limites: Aviso de 16 de Abril de 2009, publicado em *Boletim Municipal* de 16 de Abril de 2009.

Ponte Filipina



Ponte Filipina, arcos sobre a ribeira de Carenque.

Ponte Filipina, marco com inscrição.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Ponte Filipina/Ponte de Carenque de Baixo.

Localização Administrativa: Estrada Velha de Queluz – Freguesia da Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Ponte.

Função Actual: Ponte.

Resenha Histórica: Esta ponte localiza-se na fronteira entre o Município de Sintra e o da Amadora, sobre a ribeira de Carenque, fazendo parte integrante do percurso da Estrada Real, que ligava Lisboa a Sintra e que terá sido utilizada a partir da segunda metade do século XVIII, com alguma frequência, pela família real, para se dirigirem a Queluz.

Foi erigida em 1631, pelo Senado de Lisboa, com o dinheiro proveniente do Real do Povo, imposto cobrado sobre os produtos essenciais, de acordo com o marco existente a meio da ponte com a seguinte inscrição “ESTA PONTE MANDOU FAZER O SENADO DE LISBOA A CUSTA DO REAL DO POVO, 1631”.

Trata-se de uma ponte em arco, construída em alvenaria de pedra para ligação das duas margens da ribeira de Carenque. Possui dois arcos de volta perfeita, de tamanhos distintos e um quebra-mar entre os dois arcos.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Ponte.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em *Boletim Municipal* de 17 de Abril de 2006.

Quinta do Outeiro



Quinta do Outeiro, pormenor da capela.

Quinta do Outeiro, porta da capela, datada de 1720.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Quinta do Outeiro/Quinta de Nossa Senhora dos Prazeres.

Localização Administrativa: Topo Poente da Rua Luís de Camões – Freguesia da Buraca.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Habitação.

Resenha Histórica: À semelhança das outras Quintas aqui retratadas enquadra-se histórica e geograficamente nas construções edificadas, no século XVIII, nos arredores de Lisboa, como casas de campo da elite burguesa da capital.

Em 1703, esta Quinta terá sido propriedade dos marqueses de Fronteira e deverá ter sido construída por diversas fases ao longo do século XVIII, restando do núcleo primitivo uma parte do rés-do-chão, bem como a capela, dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, datada de 1720. Segundo o estudo de Anne Stoop, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, esta habitação foi remodelada anos mais tarde, provavelmente em 1751, como nos indica a inscrição existente no portal da entrada Q.D.N.S. DOS PRAZERES 1751, uma vez que nas Memórias Paroquiais não surge referência a qualquer estrago durante o terramoto de 1755, pode-se concluir por esta possibilidade.

Discute-se, no entanto esta hipótese tendo em conta a cronologia posterior da decoração azulejar interior.

Observando em pormenor o edifício, verifica-se o alargamento do piso inferior pela incorporação de um pórtico e de uma galeria que o prolonga.

O interior da casa é profusamente decorado com conjuntos de azulejos datados de 1760-1770, de onde se destacam os temas das Quatro Estações e dos Cinco Sentidos, bem como temas religiosos.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Quinta.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 16 de Fevereiro de 2009, publicado em *Boletim Municipal* de 16 de Fevereiro de 2009.

Recreios da Amadora



Recreios da Amadora, pormenor da fachada.

Recreios da Amadora, porta principal.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Recreios da Amadora (fachada).

Localização Administrativa: Av. Santos Mattos, n.º 2 – Freguesia da Venteira.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Espaço cultural, recreativo e desportivo.

Função Actual: Edifício multiusos com sala de espectáculos para cinema, teatro, dança, música, salas de exposições e ala administrativa.

Resenha Histórica: O actual centro da cidade da Amadora tem a sua origem no processo de urbanização dos terrenos agrícolas situados próximo da estação da Porcalhota, após a abertura do caminho-de-ferro da linha de Sintra, no final do século XIX. Em torno desta estação, situada a alguma distância da aldeia que lhe deu o nome, formou-se uma

nova povoação – A Amadora – cuja população era constituída por uma classe média que, na sua maioria trabalhava em Lisboa.

O novo agregado populacional era formado essencialmente por moradias e por uma grande fábrica – A Fábrica de Espartilhos Santos Mattos. A Amadora cresceu especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, altura em que surgiram os primeiros equipamentos culturais e desportivos – Os Recreios Desportivos da Amadora.

A Sociedade Recreios Desportivos da Amadora foi criada em 1912 por iniciativa dos industriais locais, José Santos Mattos e António Correia. Dois anos mais tarde, a 17 de Agosto, foi inaugurado o salão de festas desta associação, destinado a espectáculos, récitas, teatro e cinema.

O edifício dos Recreios foi projectado em 1913, por Guilherme Eduardo Gomes e ao longo do tempo sofreu várias alterações, a primeira teve lugar 30 anos mais tarde, quando a firma Santos Mattos vendeu o edifício.

A nova gestão reabriu ao público uma sala de cinema, equipada e decorada de acordo com o gosto e as exigências da época.

Em 1979, sob uma nova gestão, o cinema, agora denominado Cine-Plaza, sofreu outra intervenção com obras que alteram dois arcos da sua fachada e renovam parte do recheio e mobiliário interior.

Em 1987, correspondendo aos apelos da imprensa local e de inúmeros habitantes da Amadora, a Câmara Municipal adquiriu o imóvel. Em 1997 o edifício reabriu ao público, após uma profunda intervenção de reformulação e ampliação em que, praticamente, só a fachada principal e parte das laterais foram preservadas.

É um edifício de dois pisos com uma fachada principal marcadamente neoclássica onde se destacam o frontão, as pilastras encimadas por capitéis com algum apelo coríntio que o enquadram e o conjunto de vãos centrais aos quais (o superior) é agregada uma varanda formalizada por uma balaustrada.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Cine-Teatro.

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em *Boletim Municipal* de 17 de Abril de 2006.

Vila Martelo



Vila Martelo,
casas operárias.

Vila Martelo,
pormenor dos
martelos.

IDENTIFICAÇÃO

Designação/Nome: Vila Martelo (vila operária).

Localização Administrativa: Rua Elias Garcia, n.º 232 – Freguesia da Mina.

CARACTERIZAÇÃO

Função Origem: Habitação.

Função Actual: Devoluto.

Resenha Histórica: Com o objectivo de minimizar custos e criar proximidade entre o local de trabalho e o local de habitação foram construídas, no início do século XX diversas vilas operárias, contribuindo de forma positiva para quem lá vivia e trabalhava e sobretudo em termos económicos para o patrão/proprietário.

O núcleo da Vila Martelo, da responsabilidade de Joaquim Luís (Martelo), cujo negócio estava ligado à indústria dos transportes, com projecto de 1929, constitui um exemplo de uma vila operária, na Amadora, testemunhando a importância da forte presença industrial no início do século XX nesta região. Este núcleo teve ainda particular importância

em meados dos anos 40/50 com o segundo impulso industrial no território do município.

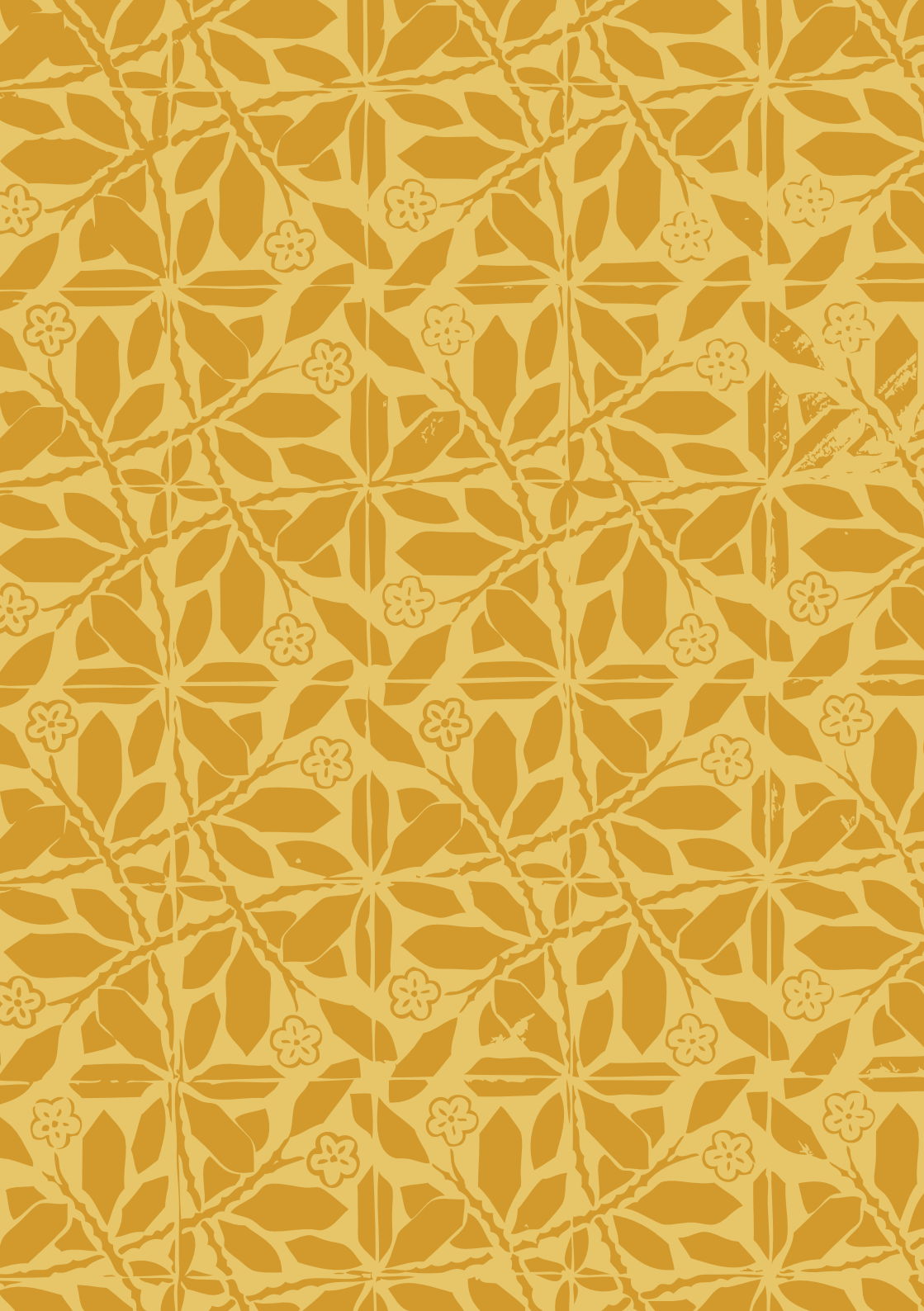
A vila estava localizada muito próximo da casa do proprietário e da parte oficial, era constituída por dezasseis casas de piso térreo, dispondo-se oito de cada lado sobre um pátio central de forma rectangular, finalizado por um depósito de água, que serviu de abastecimento canalizado às diversas casas.

Caracterização Arquitectónica: Arquitectura civil/Habitação

CLASSIFICAÇÃO

Publicação: Aviso de 16 de Fevereiro de 2009, publicado em *Boletim Municipal* de 16 de Fevereiro de 2009.







AMADORA
30 ANOS

